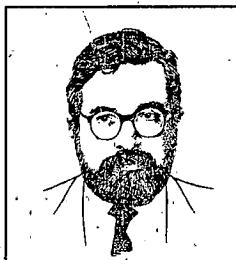


17 ABR 1997

# Oportunidades perdidas

PB 2

ornou-se popular, entre críticos de plantão do Plano Real, chamar a atenção para a vulnerabilidade das contas externas brasileiras. O cerne do argumento é que a evidência histórica indica que não se sustentará a atual entrada de capitais externos necessária para financiar o crescente déficit em conta corrente. O registro histórico está correto, mas dele não decorrem as lições que se pretende. Visto de uma perspectiva de longo prazo, o processo de



**Reformas de base deveriam receber mais atenção que as mazelas cambiais**

endividamento brasileiro tem sido caracterizado pela entrada maciça de capitais em períodos relativamente curtos. Na história do Brasil republicano, outros períodos caracterizados por grandes entradas de capital ocorreram imediatamente antes da 1ª Guerra Mundial e da depressão de 1928-1933, no boom dos eurodólares, em 1967-1973, seguido da reciclagem dos petrodólares até 1988. Nas três oportunidades, e especialmente na última, os sintomas de retirada da plata dulce foram extremamente dolorosos.

Alguns otimistas, quase panglossianos, acreditam que, com a "globalização" da economia mundial e o fim da bipolaridade entre as superpotências, teriam sido removidas as principais fontes de instabilidade dos fluxos de capital. Percepções mais realistas reconhecem que, mesmo em mercados mais globalizados com a hegemonia dos EUA, podem persistir flutuações relevantes das exportações de capital na direção das economias menos desenvolvidas. Há, portanto, uma fonte potencial de instabilidade que deve ser levada em conta na formulação da política econô-

mica. Mas não há, em princípio, nenhuma base para amparar as afirmações mais alarmistas sobre a incapacidade de sustentação do déficit em conta corrente no longo prazo. O Brasil, economia em desenvolvimento com dificuldades de mobilização de poupanças, será sempre, em condições normais, importador significativo de capitais e apresentará déficit em conta corrente. Para isso será necessária a manutenção de credibilidade decorrente de

política econômica que mantenha a coerência no longo prazo.

É uma feliz conjunção de eventos que, em um período no qual a economia brasileira, em decorrência de programa de estabilização extremamente bem-sucedido, começa a recuperar-se dos traumas causados pela inflação crônica, haja farta disponibilidade de recursos externos para financiar a recuperação de níveis de investimento e com grande interesse na privatização dos ativos do Estado brasileiro. A eventual diminuição desse fluxo de capitais pode decorrer de perturbações nas economias desenvolvidas exportadoras de capital ou de dificuldades específicas da economia brasileira. No primeiro caso, a extensão da retração dos fluxos de capitais para economias periféricas específicas dependerá da avaliação da qualidade de sua política econômica por parte dos exportadores de capital. As dificuldades específicas que poderão ser enfrentadas pela economia brasileira também dependerão diretamente da formulação e do estabelecimento de uma política econômica adequada.

É nesse quadro que adquire importância a correta indicação quanto aos objetivos do governo em áreas aparentemente tão disparem quanto o ajuste fiscal, a privatização de ativos públicos e a política industrial. Em qualquer dos casos é difícil deixar de constatar que o desempenho do governo poderia ser consideravelmente melhorado, se o objetivo é fazer com que a condução da política no Brasil se destaque, como especialmente competente, entre as de outros países emergentes.

A evidência indica uma certa mediocridade no desempenho brasileiro. Embora seja altamente louvável o esforço do presidente em dissociar-se da composição fisiológica quanto ao ajuste dos salários pagos pela administração pública que ganhava corpo em Brasília, mesmo a melhor versão da reforma ainda é muito modesta.

A reforma previdenciária é um remendo que está longe de resolver a grotesca disparidade de tratamento entre servidores públicos e outras categorias de trabalhadores. O processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, que poderia ser um marco no processo de retirada do Estado de atividades não essenciais, será comprometido pela idéia de que a metade da receita de privatização constitua um fundo de financiamento de projetos de substituição de importações em vez de contribuir para melhorar as contas do governo. O precedente criado será o pólo de mobilização de candidatos a operadores de guichê de distribuição de favores governamentais a cada nova privatização. No caso das telecomunicações já foram explicitados os interesses setoriais por um substancial naco da receita das privatizações.

No terreno do que vem sendo rotulado de política industrial, a ação do governo no setor de telecomunicações é, no mínimo, intrigante. Embora o dis-

curso que acompanhou o lançamento da nova política setorial tenha enfatizado a inauguração de uma política de substituição de importações, de fato o que se fez foi apenas reduzir a tarifa sobre componentes e assegurar financiamento às multinacionais produtoras de equipamentos de telecomunicações em condições semelhantes às do mercado internacional. Não fica muito claro o que levaria a Ericsson ou a Alcatel a produzir no Brasil sem alguma garantia adicional. De fato, não pareceria pouco razoável supor que o governo tenha guardado na gaveta um segundo estágio da política setorial mais sintetizado com os instintos protecionistas que parecem estar em alta no Planalto Central, o que resultaria em aumento substancial da tarifa, incidente sobre os equipamentos de telecomunicação, a ser anunciado em momento de maior histeria quanto às contas externas.

Não há dúvida que cresce o risco de que, uma vez mais, se perca a oportunidade oferecida pelo acesso ao mercado internacional de capitais no quadro de um programa de estabilização bem-sucedido. Deve ficar totalmente claro, mesmo para os que desde já parecem dedicados à preparar a autópsia do Plano Real, que a atenção deve ser concentrada com mais vigor nas inadequações do ajuste fiscal e de outras reformas estruturais prometidas pelo governo e com menor intensidade nas pretensas mazelas provocadas pela política cambial. É hora de a equipe econômica mais uma vez convencer o presidente de que as reformas estruturais são importantes e, se não forem instituídas, estarão sendo erodidas as bases sobre as quais repousa o sucesso da estabilização.

■ Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio